

gestão pública

Qual o futuro da gestão pública?



José Carlos Rassier*

A partir das últimas décadas do século XX, um intenso debate sobre o modelo gerencial mais adequado ao setor público se intensificou em todas as partes. Circunstâncias históricas especiais - como as mudanças geopolíticas, o avanço da ideologia liberal, a fragmentação dos territórios, o surgimento de novos países -, associadas aos impactos decorrentes do uso de novas tecnologias de informação e de comunicação, contribuíram para colocar em xeque a forma como até então se administrava o setor público.

Tal ambiente foi positivamente contaminado pelo afloramento de um desejo global, emanado

das sociedades locais mais desenvolvidas, de se exercerem novas formas de controle sobre os atos dos governos, evidenciando, dentre os direitos humanos contemporâneos, o amplo acesso à informação por parte dos cidadãos. Essa situação serviu para intensificar diretrizes e normas de publicização dos atos de gestão praticados por administradores, técnicos e servidores, revalorizando o debate sobre o espaço democrático e suas perspectivas.

Estudos publicados por diferentes especialistas problematizaram a questão, gerando abordagens concorrentes e, às vezes, radicalmente opostas. As variá-

veis que serviam para dimensionar a crise de governabilidade se expressavam em seus aspectos econômicos, sociais e políticos, e as alternativas não eram menos complexas, pois se tratava de colocar em evidência construções ideológicas que tinham forjado suas raízes nos séculos XVIII e XIX e que haviam se sedimentado nos últimos 50 anos. Dessa forma, firmou-se a cultura de gestão, com práticas que, embora obsoletas, apresentavam-se como indissolúveis, gerando nos céticos certo consentimento para a acomodação e nos críticos, a exacerbação teórica.

De um lado, o modelo keynesiano - nascido no pós-guerra, ins-



pirador do Welfare State, que vigorou em boa parte dos países europeus, de 1950 até o final de 1970 - enfrentava graves problemas fiscais e de financiamento das políticas públicas. De outro, a simples liberalização e a privatização indiscriminada de amplos setores estatais, no que se convencionou denominar de fúria neoliberal, também não se revelavam eficientes, pois, ao reduzirem a presença do Estado, abriam mão de sua opção de intervir mais diretamente na macroeconomia, tendo como objetivo produzir resultados sociais.

Desse modo, os modelos gerenciais decorrentes das construções políticas que se consolidaram a partir do final da Segunda Guerra Mundial não respondiam mais às expectativas da sociedade ocidental, sendo que, nesse caso, como se evidencia em todos os processos sociais ativos, tudo estava em aberto para ser objeto de transformações. Numa avaliação mais ampla, podemos inclusive afirmar que não se tratava apenas do reconhecimento da falência do modelo burocrático de governo, mas também de que os instrumentos de gestão aplicados ao setor público não estavam mais produzindo os resultados esperados, afetando a credibilidade do sistema.

A partir das premissas em que focamos os embates existentes, podemos inquirir em que estágio gerencial nos encontramos atualmente e se existe afinal um modelo único de gestão. Para sermos realistas, temos que reconhecer que ocorreu um recuo do modelo proposto pelo liberalismo puro. A simples transferên-

cia indiscriminada de atividades exclusivas do Estado para o setor privado não assegurou maiores níveis de eficácia das políticas sociais, notadamente devido ao fracasso de algumas tentativas, que simplesmente serviram para dismantlar a capacidade de intervenção estatal, o que, por exemplo, na atual crise mundial, demonstrou-se uma necessidade, pois se deve assegurar, numa economia social de mercado, um ambiente de regulação e de liberdade, condicionada ao interesse público.

Ainda em caráter exemplificativo, podemos recorrer ao recente episódio da turbulência mundial, que ainda afeta com gravidade as economias mais dinâmicas, para reafirmar a função indispensável do Estado e de suas prerrogativas constitucionais de intervenção, servindo como pêndulo de moderação e de busca pelo equilíbrio nas relações. Nesse contexto, quem poderia estimular políticas de emprego, de habitação, de educação e saúde, senão o Estado republicano? Assim como crises de legitimidade democrática se resolvem com mais democracia, assimetrias sociais podem e devem ser enfrentadas por um Estado melhor governado e ativo.

Diante da indagação sobre as perspectivas atuais e futuras que cercam a gestão pública, é conveniente chamar a atenção para o teor da declaração aprovada em 2000 pelas autoridades latino-americanas participantes do Centro Latino-americano de Administração para o Desenvolvimento (CLAD), as quais concluíram que: *“Uma nova governabilidade dependerá do*

fortalecimento das capacidades institucionais do Estado, da sua capacidade de gestão (governança) e também da recuperação das bases de legitimidade e de eficácia social”.

Por fim, não restam dúvidas de que alguns princípios são norteadores e indispensáveis à nova concepção de governança, destacando-se, além da publicidade, da impessoalidade, da eficácia, da transparência e da legalidade, os que se referem à proporcionalidade dos meios e à razoabilidade dos fins. Tais fundamentos não colidem em nenhum instante, não permitindo que se abra mão da aplicação de instrumentos gerenciais de planejamento e de gestão centrada em resultados.

Assim sendo, contrariando a visão etnocêntrica, deve-se reconhecer a falência da visão única, desprovida da sensibilidade para absorver e reconhecer as particularidades, muito embora deva-se afirmar que o desafio dos governos é tornarem-se governáveis para atender às aspirações sociais e que, para tanto, gestão é a chave-mestra do processo.

Roosevelt afirmava que os conservadores, aqueles que eram alheios a qualquer mudança, se assemelhavam a sonâmbulos que perambulavam de costas. Os que ainda não compreenderam as novas dinâmicas e desafios para a gestão pública, mais do que perambularem na sonolência, serão tragados pela letargia. ■

*Coordenador nacional da EGP e secretário-geral da ABM